



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Osório Severo, Denise; da Graça Luderitz Hoefel, Maria; Shimizu, Helena
Redes Sociais, Facebook e debate político: olhares dos movimentos sociais
Ciências Sociais Unisinos, vol. 53, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 194-201
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93853317004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Redes Sociais, Facebook e debate político: olhares dos movimentos sociais

Social Networks, Facebook and political debate: Views of social movements

Denise Osório Severo¹
deniseosorios@hotmail.com

Maria da Graça Luderitz Hoefel¹
gracahoefel@gmail.com

Helena Shimizu¹
helenashimizu@unb.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de conhecer as concepções de integrantes de diferentes movimentos sociais sobre as potencialidades do Facebook e das redes virtuais como espaços de debate político, buscando identificar as possíveis interfaces entre os diferentes olhares e os principais conceitos de tecnologia referidos na literatura. Trata-se de uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa, cujos dados são advindos de entrevistas semi-estruturadas efetuadas no início de 2014, além de observação participante, diário de campo e registros fotográficos, realizados com militantes de cinco movimentos e redes sociais distintas. Os resultados evidenciam que, no referido período histórico, o Facebook e as redes virtuais ainda representavam um campo impreciso com o qual boa parte dos movimentos sociais, especialmente os clássicos, estavam tentando lidar e compreender, haja vista que instituíam novas formas de atuação e organização muito distintas dos modos como historicamente os movimentos sociais se organizaram e empreenderam suas lutas. Nota-se que não havia consenso acerca das potencialidades do Facebook e das redes virtuais enquanto esferas de debate político.

Palavras-chave: movimentos sociais, redes sociais, tecnologia.

Abstract

The purpose of this work is to know the views of members of different social movements about the potential of Facebook and virtual networks as spaces for political debate in order to identify possible interfaces between the different views and the main technology concepts referred to in the literature. It is a participant observation research, qualitative approach. The data derive from interviews made through a semi-structured format, participator observation, field diary and photographic registrations conducted with militants groups of five social movements and different social networks. The results show that Facebook and virtual networks still represent a nebulous field for many social movements, especially the classic ones, which are trying to get along with such networks in order to understand them, considering them as a new way of working and different kind of organization for the struggles. It is possible to observe that there is no agreement concerning the potential of Facebook and virtual networks as spheres of political debate.

Keywords: social movements, social networks, technology.

¹ Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro
s/n., 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

Introdução

Os anos de 1970 foram marcados no Brasil e na América Latina por uma fase de efervescência dos movimentos sociais, que lutavam contra as ditaduras militares e pela construção de políticas públicas capazes de promover condições dignas de vida para o conjunto da população. Esta fase destacou-se também pela instituição global da reestruturação produtiva, a qual traria profundas mudanças sentidas posteriormente também no Brasil.

Nesse contexto, emergiram diversos movimentos sociais que lutavam por saúde, moradia, reforma agrária, igualdade de gênero, entre tantas outras causas que surgiram (Gohn, 2003a, 2003b), formando as bases de vários movimentos sociais. A forma de organização e atuação dos movimentos no período foi marcada por grandes mobilizações de massa, norteados por um projeto político, uma ideologia e por bandeiras de lutas bem definidas, que almejavam, em grande parte dos movimentos, mudanças estruturais na sociedade.

Assim, as pessoas se vinculavam aos movimentos em função da militância política e do compromisso com um projeto que efetivaria transformações sociais. Com efeito, a sociedade se expressava de forma mais definida e polarizada. Tudo parecia ser mais nítido e, no âmbito dos movimentos sociais, o papel central era organizar a classe trabalhadora e fazer a luta de classes.

Nesse sentido, no interior dos movimentos sociais o tema da tecnologia parecia transitar pela perspectiva de análise da estrutura da sociedade capitalista e, como tal, das relações entre as forças produtivas (tecnologia) e as relações sociais de produção, haja vista que o próprio estabelecimento do papel e das estratégias de luta adotadas pelos mesmos vinculava-se às análises da estrutura da sociedade capitalista e, como tal, das relações entre as forças produtivas (tecnologia) e as relações sociais de produção.

Todavia, a reestruturação produtiva e revolução tecnológica impactaram profundamente as formas de organização dos movimentos e sua relação com o Estado. O surgimento de novos meios de comunicação nos anos de 1990 geraram mudanças no conjunto da sociedade e acarretaram transformações sociais, políticas, culturais e ambientais que se expressaram nos movimentos sociais e no modo como historicamente foram realizadas as lutas e ações políticas.

A internet e os novos meios de comunicação foram introduzidos e incorporados no cotidiano da vida social e delinearão novos modos de vida e de atuação dos sujeitos e coletivos na sociedade contemporânea. O surgimento das redes sociais como forma de organização e expressão dos movimentos sociais surge neste momento e pouco a pouco engendra novas formas de relação e intervenção que seriam sentidas mais fortemente no início do século XXI.

Com efeito, a sociedade progressivamente foi apropriando-se e construindo formas de relacionar-se com as tecnologias. Na esteira deste processo, forjaram-se modos e estratégias de luta que posteriormente seriam denominadas de ciberativismos. De acordo com Lemos (2003, p. 15):

O ciberativismo refere-se a prática sociais associativas de utilização da internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas. [...] O principal objetivo, como de todo ciberativismo, é difundir informações e reivindicações sem mediação, e organizar ações independentes e livres (Lemos, 2003, p. 15).

Todavia, o reconhecimento destas novas formas de expressão dos movimentos e atuação política não encontrava eco no interior de vários movimentos. De fato, paralelamente ao ciberativismo, os movimentos sociais brasileiros, especialmente àqueles com larga trajetória, prosseguiram construindo suas estratégias e aparentemente relacionando-se pouco com o universo das redes sociais virtuais e dos ciberativistas, revelando certo hiato entre formas muito distintas de atuação que sinalizam também diferentes racionalidades (moderna e sensível) e modos de conceber e relacionar-se com as tecnologias.

A nova onda de manifestações sociais mundiais emergiu após a crise do capital financeiro de 2008 – cujo marco foi a insurgência da Primavera Árabe – parece bastante emblemática nesse sentido. Com efeito, ela foi fortemente articulada pelas redes sociais virtuais, sobretudo o *Facebook*. Nesse sentido, as mobilizações de junho de 2013 no Brasil instituíram uma linha divisória no que tange à interpretação e compreensão do fenômeno e da importância das redes virtuais na sociedade atual. As características do processo, articulado fortemente pelo *Facebook*, geraram surpresas ao conjunto dos movimentos sociais com larga trajetória e também ao Estado. Estas surpresas e dissonâncias sugerem distintos olhares sobre as redes sociais virtuais e o *Facebook* que remetem às diferentes concepções de tecnologia.

Este artigo tem o objetivo de conhecer as concepções de integrantes de diferentes movimentos sociais sobre as potencialidades do *Facebook* e das redes virtuais como espaços de debate político, buscando identificar as possíveis interfaces entre os diferentes olhares e os principais conceitos de tecnologia referidos na literatura. Desse modo almeja-se compreender os significados das redes virtuais para estes movimentos e suas razões norteadoras, contribuindo para a reflexão acerca da participação social no contexto atual.

Destaca-se que as entrevistas desta pesquisa foram coletadas em fevereiro de 2014 e, como tal, as análises aqui contidas referem-se a uma leitura referente ao momento relativamente próximo da eclosão das manifestações de junho 2013 no Brasil, cujos desdobramentos viriam posteriormente tomar rumos ainda mais complexos e até distintos das observações advindas do referido período. De fato, há indicativos atuais de mudança expressiva da percepção e relação do conjunto dos movimentos sociais com relação às redes virtuais, elemento que reitera a importância de refletir sobre o processo de transição que antecedeu a emergência de novos olhares hoje vigentes. Nesse sentido, a abordagem retrospectiva contida neste artigo, possibilita a compreensão da evolução dos processos, subsidiando análises da situação atual e prospectiva acerca dos modos como os distintos movimentos sociais se relacionam com as redes virtuais.

Trata-se de um recorte de uma tese de doutorado, do tipo pesquisa participante, de abordagem qualitativa. Os instrumentos de pesquisa adotados foram constituídos por entrevistas semi-estruturadas, observação participante, diário de campo, registros fotográficos e pesquisa documental. Este artigo circunscreve-se ao universo de 18 entrevistas realizadas em 2014, com militantes dos seguintes movimentos: (i) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), (ii) Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), (iii) Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT), (iv) Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, (v) Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígena (PVPI).

A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Este estudo obedeceu à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil e foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, Brasil. Com intuito de respeitar o anonimato dos entrevistados, foram adotados codinomes de países latino-americanos e africanos.

Concepções de tecnologia

De acordo com Bryan (1997), o termo tecnologia teria sido utilizado por Bekman pela primeira vez em 1772. Ao analisar as colocações de Bekman sobre a tecnologia, o autor destaca como centralidade a compreensão de que a tecnologia, enquanto ramo do conhecimento científico nasce imbuída de dois propósitos, quais sejam: incorporar a ciência como força produtiva e sistematizar o processo de transmissão do saber técnico, operando uma ruptura nas práticas artesanais conservadoras.

A definição de tecnologia em Marx incorpora a questão da sistematização do saber apontada por Bekman e também assume a ideia de que as técnicas produtivas podem ser reduzidas a alguns princípios gerais. Princípios estes que seriam subjacentes a toda a produção e, como tal, fundamentais de serem apropriados pelos trabalhadores – para tanto propunha o ensino tecnológico (Bryan, 1997).

Desse modo, a sistematização do saber técnico estaria contida e representada na tecnologia, motivo pelo qual o seu domínio, em Marx, seria condição para acompanhar a versatilidade que o próprio sistema capitalista institui e, sobretudo, fundamental para que os trabalhadores pudessem ter condições de desencadear a transformação dos processos de produção com vistas à adaptação ao homem. Desse modo, a superação da alienação do trabalho, criada pelo sistema capitalista, passaria pela necessária apropriação do saber pelos trabalhadores, condição *sine qua non* para a organização de todo o processo produtivo (Bryan, 1997).

Assim, Bryan (1997) ressalta que a discussão da tecnologia impressa nas teses de educação sinalizadas por Marx, caminha no sentido de obrigar o sistema capitalista a desenvolver plenamente as forças produtivas que ele mesmo desencadeou, mas que também, contraditoriamente, tende a frear. A constru-

ção de uma nova ordem e o surgimento de uma outra forma de processo produtivo só poderia advir das contradições que o próprio capitalismo gera consigo.

Com efeito, a visão acerca da importância de desenvolvimento pleno das forças produtivas (tecnologia) no sistema capitalista como condição para a transformação do mesmo foi largamente incorporada pela esquerda. Uma das teses centrais do marxismo refere-se à existência de uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas – gerado pela própria acumulação do capital – e as relações sociais de produção. Esta contradição teria uma tendência a se agravar paulatinamente, até chegar em um grau máximo que conduziria automaticamente à transformação do modo de produção e, como tal, da forma de organização da sociedade (Marx, 2008).

Esta tese foi historicamente associada à concepção determinista de tecnologia, embora Bryan (1997) afirme que os escritos de Marx não expressam uma concepção determinista e tampouco indicariam uma visão neutra sobre a tecnologia, tal como foi interpretada de forma recorrente. Referindo-se ao determinismo tecnológico, Novaes e Dagnino (2004) apontam, com base em análises da obra de Feenberg, que a noção mecanicista e unilinear do progresso científico e tecnológico foi e continua sendo sustentada por muitos autores, inclusive marxistas. Na concepção do determinismo tecnológico, o progresso é entendido enquanto “um bonde em cima dos trilhos”, que segue caminhos próprios, e que todos os países, mais cedo ou mais tarde embarcariam. O progresso e a tecnologia tendem sempre a evoluir para níveis técnicos mais avançados. Desse modo, a tecnologia não é passível de ser freada nem controlada, posto que é autônoma e também neutra.

De acordo com Feenberg (2003), existem quatro concepções de tecnologia existentes: (i) Determinismo; (ii) Substantivismo; (iii) Instrumentalismo e (iv) Teoria Crítica. A concepção determinista foi expressivamente adotada nas ciências sociais, a partir de Marx, e carrega consigo a ideia de que os avanços tecnológicos são a força motriz da história. Nesta visão a tecnologia é autônoma e neutra. Conforme anteriormente mencionado, não é passível de ser controlada pelos homens, posto que é ela quem o controla, ela determina a sociedade através das suas exigências de eficiência e progresso. Seu desenvolvimento obedece a uma lógica funcional autônoma e às leis intrínsecas, de modo que sua evolução é espontânea e inexorável, conduzindo sempre ao progresso gerado pelos seus avanços. Nesse sentido, são as instituições sociais que devem se adaptar aos imperativos da base tecnológica (Feenberg, 2003). Conforme dito anteriormente, o “bonde” segue seus trilhos e são as civilizações que invariavelmente embarcam nele.

Com relação à concepção Instrumental de tecnologia, o autor destaca que ela é considerada a noção historicamente hegemônica desde a ascensão da modernidade e assumida no Iluminismo. Do mesmo modo que o determinismo, a visão instrumental sustenta que o objeto tecnológico é, por si só, neutro. Ou seja, ela em si não é boa nem má, é simplesmente desprovida de valores, constitui um instrumento a serviço da espécie humana,

por meio do qual o homem satisfaz suas necessidades (Feenberg, 2003). Contudo, traz também consigo o entendimento de que ela é passível de ser controlada, ou seja, a evolução da tecnologia pode ser determinada e conduzida pelos homens a partir de suas intenções.

Contrariamente à ideia de neutralidade implícita nas vertentes Instrumentalistas e Deterministas, as correntes do Substantivismo e Teoria Crítica sustentam que a tecnologia não é neutra. A tecnologia é compreendida como algo carregado de valores substantivos intrínsecos a mesma e, como tal, contém em si significados próprios. Uma vez carregada de valores, significa dizer que sua utilização não poderá ser realizada para fins que não sejam concernentes com os mesmos.

Nesse sentido, os substantivistas ressaltam a aproximação da tecnologia com a religião, visto que ambas apresentam determinados valores em si mesmas e, uma vez escolhidas, implicam necessariamente a opção por um modo de vida e a exclusão de outros (Feenberg, 2003). Ademais o autor resalta que a tecnologia, no âmbito do Substantivismo, é também considerada autônoma, posto que o caminho do desenvolvimento tecnológico é uma trilha sem volta, uma vez adotado, invariavelmente a sociedade se transformará em uma sociedade tecnológica, pois os valores tradicionais não sobrevivem à tecnologia.

A corrente da Teoria Crítica reconhece que a tecnologia não é neutra e a concebe como uma construção socio-histórico-cultural, atravessada pela luta de classes (Feenberg *in* Novaes e Dagnino, 2004). Todavia, entende-se que, parcialmente, ela pode ser controlável. Nesse sentido, converge com o Substantivismo no que concerne ao fato da ausência de neutralidade e no entendimento de que carrega valores intrínsecos que expressam e influenciam opções por um determinado modo de vida.

No entanto, não é tão fatalística como o Substantivismo, posto que acredita nas potencialidades de controle e democratização da tecnologia através das lutas sociais e políticas, bem como crê na possibilidade de existência não somente de um valor inerente à mesma, mas de múltiplos valores que podem conduzir também à pluralidade de modos de vida.

Por outro lado, diverge do Instrumentalismo, pois entende que a tecnologia não representa um mero instrumento ou ferramenta, cujo uso dependerá somente do discernimento e arbítrio humano, uma vez que ela não é intrinsecamente boa e tampouco veio ao mundo para libertar a humanidade dos infortúnios do trabalho, visto que, em verdade, "as novas tecnologias são [...] técnicas de conquista, uma vez que pretendem uma autonomia sem precedentes onde suas fontes e efeitos sociais estão ocultos" (Feenberg *in* Novaes e Dagnino, 2004, p. 193). Apesar disso, acredita que a tecnologia pode conduzir à ampliação da liberdade, desde que seu projeto e desenvolvimento sejam democratizados, desde que sejam criadas instituições e esferas que propiciem controlá-la (Feenberg, 2003). As concepções apresentadas, ainda que evidenciem distintas características e influências, inclusive elementos advindos e sustentados pelos gregos, parecem carregar consigo um fio condutor que as aproxima, em maior ou menor grau, da razão instituída com a modernidade. Mesmo que a concepção

Instrumental de tecnologia seja aparentemente a corrente mais próxima, as demais noções também transitam por caminhos de representação e análise da tecnologia que encontram ressonância na lógica da razão moderna.

Com efeito, a Modernidade foi marcada por uma visão linear, focada no enquadramento, na busca da unidade, no projeto e, evidentemente, pautada por um olhar voltado para o futuro (Maffesoli, 2008). Nessa perspectiva, os modos de conceber e relacionar-se com as tecnologias parecem interferir também no entendimento acerca das formas possíveis de atuação e debate políticos.

Ao contrário, a razão sensível representa uma espécie de fusão entre o racional e o emocional, uma lógica em que as emoções e o desejo de partilha assumem centralidade e interferem no modo como se constroem as relações sociais e, consequentemente, nos modos de se relacionar com as tecnologias e atuar no mundo (Maffesoli, 2008).

Tecnologia e movimentos sociais

Conforme foi referido, embora não caiba aqui analisar propriamente as Mobilizações de Junho de 2013 no Brasil, ressaltar-se que as percepções sobre as redes sociais virtuais e o Facebook foram apreendidas a partir de algumas análises que o conjunto dos movimentos entrevistados realizaram acerca deste fenômeno, visto ser ele emblemático com relação às potencialidades e fragilidades das redes. Nesse sentido, cabe destacar que os resultados evidenciam o sentimento de surpresa e o momento de reflexão e transição no qual se encontravam os movimentos sociais no início de 2014, sobretudo àqueles com larga trajetória, também denominados - no âmbito deste artigo - de movimentos sociais clássicos, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Eu acho que as ações de junho elas trouxeram para nós que já temos um acúmulo maior de organização e de processos de luta a possibilidade de a gente refletir que não existem formas dadas de luta, existem outras formas também que a gente até então não tinha, talvez não tinha nem pensado que pudessem ter tamanha força como tem as redes sociais, como tiveram as redes sociais nessas manifestações (Cuba, MST).

Quando eu vi a CUT e os partidos de esquerda tendo dificuldade de tá na rua junto com a grande galera, é um momento de fazer reflexão crítica, será que a forma de organização nossa o povo tá entendendo? Interrogação né. Claro que não tá. Então a gente precisa refazer (Nicarágua, ANEPS).

[...] no ano passado quando ocorreram os movimentos foi algo inesperado porque nenhuma organização, nenhuma entidade, seja ela sindical, estava trabalhando para que ocorresse tal processo, né? [...] E se deu por um processo urbano a questão puxada por estudantes [...] Via redes sociais, celulares, etc., então efetivamente a esquerda não estava esperando por aquele momento [...] (Marrocos, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida).

Nota-se que a complexidade atual da sociedade e das formas de expressão e organização dos movimentos e lutas, traduzidas muito fortemente nas Mobilizações de Junho de 2013, parece ter favorecido a reelaboração de questões, sobretudo os olhares sobre as redes sociais virtuais. A descrença e o distanciamento destas redes – hegemônicas até então – são revelados nos depoimentos e reiteram as colocações mencionadas no início do artigo, sinalizando um cenário de incerteza e reflexão quanto ao significado e potências das redes virtuais, ao mesmo tempo em que traduz abertura dos movimentos no que tange à necessidade de compreender e repensar as distintas formas de organização e expressão das lutas no cenário social atual.

Os movimentos sociais clássicos parecem tentar encontrar explicações e construir estratégias, empíricas e teóricas, que permitam abrir caminhos de diálogos e formas possíveis de aproximação com essas novas formas. Contudo, é também evidente que existe um choque geracional entre os modos de pensar e se relacionar com as redes sociais, haja vista que somente agora – após mais de 20 anos de existência das redes sociais e 10 anos de criação de uma das maiores redes virtuais, tal como o Facebook – elas começam a despertar maior atenção dos movimentos mais tradicionais. O trecho a seguir parece emblemático ao revelar o esforço que os movimentos sociais clássicos têm feito nesse sentido:

[...] hoje a gente tem que saber lidar com as questões das redes, né? É uma coisa que a gente está aprendendo ainda a lidar porque é uma coisa muito nova para todo mundo, né? Nenhuma organização política tem, cada um tá chutando tiro para todo lado. Tem uma organização, mas não é dentro de uma organização clássica (México, MST).

[Referindo-se às Mobilizações de Junho 2013] Eu acho que coloca (coloca em choque) e acho bom que coloque embora isso provoque um mal estar na gente [...] como nós somos militantes numa caminhada maior, mais longa, mais velhos mesmo, temos algumas dificuldades de entender que a ausência de fóruns ou a ausência de determinadas práticas, né, de mobilização, possam conferir organicidade para as novas formas [...] (Equador, ANEPS).

Observa-se que, principalmente entre os movimentos mais antigos, ainda não existe uma definição e entendimento precisos acerca do que sejam as redes e tampouco do modo como lidar com elas, embora após as Mobilizações de Junho 2013 elas comecem a ocupar um lugar no imaginário que parece incluir a possibilidade de considerá-las como novas formas de organização. Mesmo assim, os resultados sinalizam diferentes significados que oscilam entre: ferramentas, instrumentos de mobilização, meios de comunicação, para citar alguns. A diferença parece estar menos na denominação e mais no sentido.

Cabe realçar que não há consenso entre o conjunto dos movimentos entrevistados no que tange às potencialidades das redes virtuais e do Facebook enquanto espaços de debate político, embora a tendência seja de descrença. O cenário revela a

complexidade do momento atual e sinaliza a existência de olhares difusos, tanto entre os movimentos sociais mais tradicionais como também entre os movimentos e redes mais recentes.

Para além de evidenciar simultaneamente a crença e a descrença na existência de debates no âmbito das redes virtuais e do Facebook, é interessante notar as nuances existentes no interior dos grupos, posto que revelam também os modos como se estabelecem as relações com as redes virtuais, revelando aproximações com diferentes conceitos de tecnologia, traduzindo, em verdade, a perspectiva e a racionalidade que norteia a análise e o posicionamento em relação à questão.

Assim, percebe-se que há uma vertente que sinaliza alguma crença, mas paradoxalmente não deposita grande confiança. Ela parece vislumbrar mais potencialidade na capacidade de divulgação e articulação do que propriamente no debate político, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Eu acho que é uma potência que a gente pode utilizar. [...] só que assim, ao mesmo tempo a gente não pode achar que o Facebook pode virar uma grande organização, né? O Facebook é um instrumento, mas ele também é um instrumento nas mãos da burguesia, então a hora que o Facebook quiser acabar com um evento convocado ele acaba, entendeu? É por isso que eu acho que o Facebook não substitui a necessidade das organizações, uma necessidade, sabe, das pessoas se organizarem por fora, mas acho que o Facebook ele começou a ser utilizado para mobilizar e eu acho, né? Que se as pessoas estão utilizando o Facebook para isso é porque as pessoas estão com vontade de lutar, né? E que é importante utilizar o Facebook para isso, mas que não se pode criar um sentimento de que "ah se o Facebook aglomera todo mundo a gente discute tudo ali pelo face, a gente faz tudo pela internet" como já estava sendo até discutido em junho "a gente vota pela internet", né? (Panamá, Movimento LGBT).

Eu acho que existe. Eu acho que é um espaço potente para isso, agora o que não dá é para a gente apostar só nisso, a ação tem que ser mais integral, sabe? [...] Acho que não podemos cair nesse risco de achar que a rede substitui o humano. Eu acho que ela vem potencializar, ela é um espaço que tem que ser ocupado, tem que ser utilizado, mas a construção política, a ação política ela se dá no diálogo presencial, no diálogo, na ação construída cotidianamente e que esse diálogo apressado das redes que muitas vezes a gente sabe que é acaba não acontecendo e nos torna vulneráveis se a gente fica depende só ou se a gente utiliza somente essa forma de expressão, somente essa forma de linguagem, né? Ainda mais num contexto de espionagem, num contexto de uma internet, de uma rede ainda dominada por uma única potência, né? Mundial que é os Estados Unidos e que tem uma política muitas vezes bem diferente disso que a gente está apontando, disso que a gente está querendo construir aqui (Uruguai, ANEPS).

Os depoimentos sinalizam maiores convergências com a concepção de tecnologia presente na Teoria Crítica, segundo a qual a tecnologia é carregada de valores, embora seja possível controlá-la (Feenberg, 2003). Com efeito, alguns depoimentos ressaltam de modo expressivo as esferas das redes e do Face-

book enquanto espaços controlados pela burguesia e por forças contrárias aos interesses dos movimentos, indicando o entendimento de que a tecnologia não é neutra, ainda que também assinalam a possibilidade e necessidade de ocupar e disputar estes espaços, evidenciando claramente a percepção das redes como espaços atravessados pela luta de classes e capazes de serem apropriados e controlados pela classe trabalhadora.

Talvez esse alinhamento teórico seja justamente um dos elementos que confere alguma abertura a este grupo para cogitar a existência de debates políticos nestas esferas. Mesmo assim, nota-se que, embora haja referência à sua existência, eles são considerados superficiais e voláteis, despolitizados, sem capacidade crítica capaz de contribuir para alguma transformação mais efetiva. Esta visão vem se reproduzindo há décadas no interior de muitos movimentos, reiterando as questões problematizadas anteriormente entre o referido hiato existente e a necessidade de análise acerca de novas formas de atuação política, tais como o ciberativismo.

De acordo com Puntel (2013), o ciberativismo nascido nos anos 90 e ampliado a partir do final desta década representa um novo modo de 'fazer política' através da internet, a qual teria um papel fundamental no desenvolvimento de inovadoras maneiras de manifestação social. Com relação ao ativismo contemporâneo, Assis (2016) ressalta que ele estaria anunciando e contribuindo para mudanças socio-políticas, bem como para o surgimento de forças políticas importantes neste início do século XXI. Na mesma linha autores como Alcântara (2013), Moraes (2007), Machado (2016), Raminelli e Oliveira (2011) também assinalam que a internet constitui um espaço de mobilização e politização que tem favorecido novas formas de organização dos movimentos sociais.

Todavia, o reconhecimento de novas formas de organização, expressão e atuação política ainda é algo bastante controverso. Os depoimentos acima sugerem que o verdadeiro debate político somente ocorre mediante o engajamento e participação nas organizações tradicionais dos trabalhadores e nos espaços físicos (e não virtuais) da vida cotidiana, por meio da presença e da relação "face a face". Esta colocação vai aparecer novamente na pesquisa, no grupo de entrevistados expressivamente descrente nas potencialidades das redes e do Facebook como espaços de debate político.

Com efeito, estudiosos do ciberativismo e redes sociais mencionam a existência de vertentes teóricas – sobretudo representadas por Tarrow – que defendem as relações 'face a face' como pressuposto para as verdadeiras ações coletivas (Rigitaro, 2003; Cavalcanti, 2010). É fato que a relação "face a face" sempre foi um princípio clássico da formação política desenvolvida pela esquerda no Brasil e que historicamente revelou-se coerente e relevante, fundamental para o trabalho de base. No entanto, o mundo passa por transições e a complexidade da sociedade contemporânea parece exigir reflexões e aberturas para que possamos olhar o que está à nossa frente e perceber as potencialidades que emergem como fruto das inter-relações que se estabelecem entre os homens e as tecnologias, as quais

parecem conduzir também às novas configurações de espaço e até mesmo de presença.

Evidentemente esta compreensão não significa a anulação de formas historicamente construídas de realização de ações e debates políticos e tampouco a omissão da crítica acerca de novas (e velhas) formas. Ao contrário, representa uma possibilidade de identificar possíveis interfaces e modos de compor, capazes de diminuir o hiato mencionado e ampliar os debates políticos com a juventude e o conjunto da sociedade, mesmo que as razões norteadoras sejam distintas. Com efeito, há sinais dessas composições em andamento, tanto no que se refere aos movimentos com larga trajetória, norteados pela razão moderna, como também nas demais formas diferenciadas de expressão dos movimentos, aparentemente mais identificadas com a "razão sensível" (Maffesoli, 2008), cujo "lugar" das emoções assume centralidade na vida.

Nesse sentido, é interessante observar que um dos argumentos adotados por entrevistados que compõem a vertente descrente na existência de debates políticos nas redes virtuais e no Facebook constitui justamente uma crítica que revela um olhar sobre estas esferas como espaços excessivamente emocionais e pouco politizados, traduzido em um dos depoimentos como a existência de opiniões "muito emocionais mas sem capacidade reflexiva", apresentado na íntegra logo abaixo. Além disso, vários são os depoimentos que revelam a descrença nestes espaços e na própria juventude, a qual é vista como alienada e carente de processos de formação política:

Eu acho assim, que é um espaço aglutinador, mas não é um espaço de debate político. Até se pode debater, mas não se reflete, porque a reflexão tu não faz sozinho lendo ou postando, tu faz no coletivo, debatendo, conversando com outras pessoas ali, na interação né. Eu acho que tem que ter um cuidado que as vezes, assim ah, se posta uma coisa fulano coloca uma opinião, outro fulano coloca outra e essa sobreposição de opiniões não é um debate. Pra mim isso não é um debate, pra mim um debate é quando se tá discutindo olho no olho, cara a cara, ali na relação. Pra mim não me parece ter muita relação assim, me parece ser uma coisa assim mais de opiniões isoladas, muitas vezes assim, muito emocionais mas sem uma capacidade reflexiva (Bolívia, ANEPS).

[Referindo-se às Mobilizações de Junho de 2013] [...] e os jovens simplesmente sem noção, sem consciência [...] assumindo qualquer bandeira que lhe entregassem na mão lá no meio da passeata, então são processos muito distintos. [...] há um vácuo, um hiato, né? Que nós, organizações civis, dos movimentos sociais, precisamos trabalhar com esses setores diversos, fragmentados, não organizados, majoritariamente urbanos, né? (Marrocos, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida).

Se a descrença nas redes virtuais e no Facebook é algo evidente neste grupo, a concepção de tecnologia não é tão clara, mas parece oscilar entre alinhamentos com a Teoria Crítica e o Instrumentalismo, haja vista que alguns concebem-nos mais como espaços carregados de valores, porém passíveis de serem ocupa-

dos, enquanto outros o veem mais como ferramentas que, em tese poderiam ser boas, mas na prática não conduzem à politização.

É interessante notar que, entre os entrevistados que revelam uma visão instrumental da tecnologia, encontram-se também militantes que compõem um outro grupo, cuja crença nas potencialidades do Facebook e das redes virtuais enquanto *lôcus* de debate político é expressiva. Mesmo concebendo-as como ferramentas, acentuam seu potencial de politização, o qual dependeria exclusivamente de quem as utiliza e do modo como as utiliza, podendo servir, conforme mencionado no depoimento exposto a seguir, "para o bem ou para o mal".

Eu acho que as redes sociais elas têm um papel fundamental para a gente fazer processos de formação, processos políticos, né? Mas disso vai da concepção de quem está colocando nas redes, o que está colocando e do que está dialogando. Eu acho que as redes é um lugar onde a gente pode expressar aquilo que a mídia que de massiva hoje não coloca, então é sim um lugar de articulação, um lugar de diálogo, um lugar de relações políticas, enfim, porém, nós temos muitos desafios ainda das pessoas que não sabem manusear a rede para o bem, né? Esse é um problema. Eu particularmente faço do facebook, né? Um instrumento político, cotidiano de divulgar as ações. [...] O Facebook ele é um instrumento que ele pode ser usado das duas formas para o bem e para o mal, eu prefiro usar para o bem (El Salvador, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida).

Como pode ser observado, esta visão alinha-se com a concepção Instrumentalista de tecnologia, posto que, conforme assinala Feenberg (2003), a visão instrumental concebe a tecnologia como algo neutro, um instrumento à serviço da espécie humana e, como tal, passível também de ser controlável pelos homens. De fato, o Instrumentalismo parece ser a vertente teórica mais presente, visto que é possível identificar esta concepção até mesmo no interior das discussões presentes na literatura sobre a internet e o ciberativismo.

Em verdade, frequentemente as abordagens do ciberativismo ressaltam as tecnologias da informação e comunicação – sobretudo a internet e as redes virtuais – como "ferramentas" e, como tal, desprovidas de valor, podendo ser utilizadas para diferentes finalidades. Entretanto, quando analisados os sentidos contidos nas acepções propostas no campo de estudos da internet e do ciberativismo, nota-se que eles não refletem propriamente uma ideia de ferramentas, posto que ultrapassam a visão restrita enquanto instrumento e abarcam a ideia de espaços que originam outras formas de relações sociais (Lemos e Levy, 2010), configurando-se como espécie de "ágoras" da sociedade contemporânea (Castells *in* Cavalcanti, 2010), capazes de construir e criar outras formas de atuação política e novos modos de intervenção no mundo.

Considerações finais

Os resultados evidenciam que, no início de 2014, boa parte dos movimentos sociais, especialmente os clássicos, ainda não

tinham clareza e uma posição formada sobre as potencialidades do Facebook e das redes sociais no que tange à capacidade de estabelecimento de debates políticos. Esta pesquisa evidencia que, no referido momento histórico, grande parte dos movimentos estavam tentando lidar e compreender este processo, haja vista que o mesmo instituiu novas formas de atuação e organização muito distintas dos modos como historicamente os movimentos sociais se organizaram e empreenderam suas lutas.

Nota-se que não havia consenso acerca das potencialidades do Facebook e das redes virtuais enquanto esferas de debate político, embora existisse claramente uma tendência de descrença. Foram identificados 3 grupos que apresentavam visões distintas sobre esta questão e carregavam também consigo concepções de tecnologia diferentes, ainda que a ideia mais presente estivesse alinhada com a concepção instrumental.

Esta concepção, aplicada ao contexto deste estudo, refletia um olhar sobre o Facebook, as redes virtuais e a internet estritamente como ferramentas utilitárias ou como meios de comunicação que poderiam ser comparáveis aos antigos instrumentos hegemônicos nos anos 1970 e 1980. No entanto, embora evidentemente eles constituam meios de comunicação, em 2014 ainda havia uma distância muito grande entre a visão instrumental hegemônica – sobretudo nos movimentos sociais clássicos – traduzida nos resultados deste estudo, e as concepções presentes no universo do ciberativismo.

Em verdade, os dados revelam que boa parte dos movimentos entrevistados ainda percebiam o universo das redes virtuais como despolitizado, evidenciando um hiato existente entre as diferentes formas de expressão e atuação dos movimentos sociais, elementos que já sinalizavam a co-existência de racionalidades distintas que transitavam entre a razão moderna e a razão sensível.

Por outro lado, já havia também sinais de interconexões teóricas e empíricas entre as diferentes formas de luta, posto que os movimentos sociais clássicos tentavam construir novos modos de agir em diálogo com as tecnologias, assim como o ciberativismo também sinalizava a construção de formas de atuação política que não se restringiam ao meio virtual, conduzindo a uma retroalimentação entre os espaços virtuais e físicos que parecem ter contribuído, pouco a pouco, para a sensibilização da juventude, a ampliação dos debates políticos e o fortalecimento da participação social.

Referências

- ALCÂNTARA, L.M. 2013. Ciberativismo: mapeando discussões. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 37, Águas de Lindóia, 2013. *Anais...* p. 1-27. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=429. Acesso em: 31/07/2016.
- ASSIS, E.G. 2016. *Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 274 p.
- BARDIN, L. 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 223 p.

- BRYAN, N.A.P. 1997. Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx. *Revista Educação & Tecnologia*, 1:41-69. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1010>. Acesso em: 10/07/2016.
- CAVALCANTI, R.F. 2010. *Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação*. Lisboa, Portugal. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 70 p.
- FEENBERG, A. 2003. O que é Filosofia da Tecnologia. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf. Acesso em: 20/07/2016.
- GOHN, M.G. 2003a. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo, Loyola, 213 p.
- GOHN, M.G. 2003b. *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez, 172 p.
- LEMO, A. 2003. Ciberultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: A. LEMOS; P. CUNHA (orgs.), *Olhares sobre a ciberultura*. Porto Alegre, Sulina, p. 11-23.
- LEMO, A.; LEVY, P. 2010. *O futuro da internet: em direção a uma democracia*. São Paulo, Paulus, 264 p.
- MACHADO, J.A. 2016. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Revista Sociologias*, 9(18):248-285.
- MAFFESOLI, M. 2008. *Elogio da Razão Sensível*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 207 p.
- MARX, K. 2008. *O Capital: crítica da economia política. Livro I*. 26ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 571 p.
- MORAES, D. 2007. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, 9(2):1-20. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/226/224>. Acesso em: 10/07/2016.
- NOVAES, H.; DAGNINO, R. 2004. O Fetiche da Tecnologia. *Revista Org & Demo*, 5(2):189-210.
- PUNTEL, T.J. 2013. Novas dimensões na comunicação global: o ativismo digital como propulsor de movimentos sociais e o caso da Primavera Árabe. In: Congresso Internacional de Direito e contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 2, Santa Maria, 2013. *Anais...* Santa Maria, UFSM, p. 568-581. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/4-8.pdf>. Acesso em: 10/07/2016.
- RAMINELLI, F.P.; OLIVEIRA, R.S. 2011. Ciberativismo e as petições online: uma análise do site. In: Congresso Nacional do CONPEDI, 20, Vitória, 2011. *Anais...* Vitória, p. 3463-3479. Disponível em: <https://nudiufsm.files.wordpress.com/2012/04/raminelli-f-oliveira-r-ciberativismo-e-as-petic3a7c3b5es-online-uma-anc3a1lise-do-site-avaaz.pdf>. Acesso em: 15/07/2016.
- RIGITANO, M.E.C. 2003. Redes Sociais e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 25/07/2016.

Submetido: 01/03/2017
Aceito: 04/07/2017